



Ata n° 65

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezanove, na sua Sede social, pelas vinte e uma horas, reuniu, em segunda convocação a Assembleia Geral da ASSOPSS-Associação de Passos de Siqueiros, de acordo com a convocatória de um de março de dois mil e dezanove.

Presidiu aos trabalhos o associado António Carlos Oliveira Fargues, secretariado pelas associadas Anabela Ferreira da Cruz e Maria Odete Nunes

Madeira, está em substituição da primeira Secretária que não pode comparecer.

Aberta a sessão, o Presidente, depois de cumprimentar todos os presentes, pediu à segunda Secretária que lesse a ata da sessão anterior, não para efeito de aprovação, visto a mesma já se encontrar aprovada nos termos da resolução da respectiva Assembleia, mas para que os associados tivessem conhecimento do seu conteúdo. Concluída esta leitura e não havendo quem desejasse sobre o texto usar da palavra, o Presidente disse que ia passar-se ao período da

Ordem do Dia

pediu então à primeira Secretária que lesse o primeiro e único ponto da agenda:

"1. Discussão e votação do Relatório da Direção, Contas de Gerência e Parecer do Conselho Fiscal referentes ao ano de 2018."

De seguida, pediu à Direção que lesse o seu relatório, o que foi feito, pelo Secretário, João Carlos Rodrigues Madeira, do cumento que aqui se dá como inteiramente reproduzido e vai ser arquivado na pasta respetiva.

Deu, depois, a palavra ao Presidente da Direção para que este tecesse as considerações que



achasse necessárias.

Começou por referir que a Direção deu conta que ao longo do ano de dois mil e dezoito a vida financeira da casa estava a ficar fragilizada.

Nomeadamente devido a:

Aumento do ordenado mínimo de quinhentos e cinquenta e sete euros para quinhentos e cientes euros e o consequente aumento no valor da taxa social única;

As comparticipações pagas pelo Instituto da Segurança Social aumentaram mas não acompanharam o crescimento do ordenado mínimo;

Os Acordos de Cooperação estarem muito aquém da nossa realidade sendo que na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas temos treze utentes e apenas nove coparticipados; no Centro de dia temos trinta utentes e apenas quinze coparticipados; no Serviço de Apoio Domiciliário temos setenta e cinco utentes e apenas quarenta e nove coparticipados dos quais trinta e seis são seu fim-de-semana; quando na realidade todos os utentes desta Valeúcia têm prestação de serviços sete dias por semana; no Centro de Atividades de Tempos Livres temos vinte e nove utentes e coparticipação para os mesmos vinte

e nove;

Compra de um retro projetor e de dois computadores, que foram adquiridos ao abrigo de um projeto comparticipado pela Câmara Municipal de Viseu, foram pagos em dois mil e dezoito e o valor foi resarcido no início de dois mil e dezanove.

Ao aperceber-se desse facto, a Direcção começou a tomar medidas para contornar esta situação. Para tal fez algumas diligências junto a várias entidades nomeadamente:

Ao Senhor Ministro da Solidariedade e Segurança Social; à Fundação PSA; ao Banco BPI e uma candidatura ao BPI, digo, ao Projeto BPI Capacitar; à Fundação Doutora Ilda José Nogueira Piuto para a aquisição de uma camiinha e foram enviadas cartas a várias entidades e empresas para angariação de fundos.

Foram também feitas três candidaturas ao Município de Viseu para: reconstrução do moinho e arranjo do espaço envolvente; Percurso da Tradição que compreende um forno de cordero pão, tulha, núcleo museológico do pão, fonte de chafurdo entre outras e obras para ampliação da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas



de treze para vinte e um utentes.

Organizámos uma Gala Solidária no Orfeão de Síseu onde angariámos mil trezentos e vinti e nove euros, valor que foi duplicado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Síseu, Dr.º Almeida Henriques.

Aumentámos as mensalidades dos nossos utentes numa pequena verba uma vez que os seus recursos económicos também são fracos.

Pretendemos agendar uma reunião no Centro Regional de Segurança Social de Síseu para ver se conseguimos resolver o problema dos acordos.

Tentámos reduzir os custos nomeadamente fechando o bar da Instituição de segunda a quinta-feira; criámos uma hora solidária que não traz custos acrescidos, pois o terreno foi-nos cedido gratuitamente, os produtos plantados são oferecidos, o material de rega foi doado pela Senhora dona Tilomena Maria Flores do Amaral Piva; para além disso alguns associados e amigos da Instituição têm oferecido os excedentes das suas produções agrícolas.

Terminada a intervenção do Presidente da Direção e não havendo quem mais desejasse usar da palavra, o Presidente da Assembleia

pediu ao Presidente do Conselho Fiscal que lesse o respetivo parecer, o que foi feito e que aqui se dá como inteiramente reproduzido e vai ser arquivado na pasta respetiva.

— O Presidente pôs então à votação o Relatório da Direção, Contas de Gestão e Parecer do Conselho Fiscal referentes ao ano de dois mil e dezoito, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

— Passou-se então ao período de

— Após a Ordem do Dia

— Pediu a palavra o Presidente da Direção para propor um voto de louvor a todos os que trabalharam e participaram na construção do Terreiro da Gra.

— Posta à votação foi este voto de louvor aprovado por unanimidade.

— Pediu mais uma vez a palavra o Presidente da Direção para agradecer a todos os voluntários pela ajuda prestada no dia a dia da Instituição, em especial aos associados Cidália Pinto Oliveira e Alfredo dos Santos Jópes Rodrigues apelando a todos que continuem a dispensar colaboração e amizade a esta causa.

— Pediu, também, a palavra a associada Le-

cília Nunes Oliveira para reafir que embora o Terreiro esteja muito bonito as casas precisam de Obras de recuperação. Disse ainda que o espaço carece de casas de banho e de um salão polivalente.

○ Presidente do Conselho Fiscal, José Marcelo Ferreira Branco Lopes pediu a palavra para valorizar e agradecer o trabalho incansável pessoal em todas as valências e atividades da Instituição.

Informou ainda que o projeto para a ampliação da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, está prestes a entrar na Câmara e que visa não só a ampliação desta mas também a criação de melhores condições para o bom funcionamento Centro de Atividades de Tempos Livres e melhor espaço para exposições e acondicionamento do espólio do Museu Etnográfico.

E não havendo quem mais desejasse usar da palavra, o Presidente disse que ia interromper a sessão pelo tempo necessário à elaboração da respetiva ata. Pediu então a palavra a associada Olga Cristina Amaral Piva Oliveira para propor que fossem dados poderes à Mesa para elaborar, discutir e aprovar a ata desta sessão com a redação que viesse a dar-lhe.

Posta à votação, foi esta proposta aprovada.

da por unanimidade.

E não havendo mais nada a tratar, depois de cumprimentar a Assembleia, o Presidente encerrou a sessão. E para que conste fachte, se lavrou a presente ata que, depois de lida em vot alta e aprovada, vai ser assinada.

O Presidente da Assembleia Geral,

A Primeira Secretária,

Maria Odete Nunes Madeira

A Segunda Secretária,

Anabela Ferreira da Cunha

da por unanimidade.

E não havendo mais nada a tratar, depois de cumprimentar a Assembleia, o Presidente encerrou a sessão. E para que conste faça-se lavrou a presente ata que, depois de lida em vot alta e aprovada, vai ser assinada.

O Presidente da Assembleia Geral,
António Carlos Oliveira Marques

A Primeira Secretária,

Maria Odete Numes Madeira

A Segunda Secretária,

Anabela Ferreira da Cunha

Ata nº 66

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, na sua sede social, pelas vinte e uma horas, reuniu, em segunda convocação a Assembleia Geral da ASSOPS - Associação de Passos de Silgueiros, de acordo com a Convocatória de um de março de dois mil e dezanove.

Presidiu aos trabalhos o associado António Carlos Oliveira Marques, secretariado pelas associadas Sandra Isabel Figueiredo Portela Mar-

ques, primeira secretária, e Anabela Ferreira da Cunh, segunda secretária.

Aberta a sessão, o Presidente, depois de cumprimentar os presentes, pediu à primeira secretária que lesse a ata da sessão anterior, não para efeito de aprovação, visto a mesma já se encontrar aprovada nos termos da resolução da respetiva Assembleia, mas para que os associados tomassem conhecimento do seu conteúdo. Concluída esta leitura e não havendo quem desejasse sobre o seu texto usar da palavra, o Presidente disse que ia passar-se ao período da Ordem do Dia

Pediu então à segunda secretária que lesse o primeiro e único ponto da Agenda:

"I. Discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2020."

De seguida, pediu à Direção que lesse o seu relatório, o que foi feito pelo Secretário, João Carlos Rodrigues Padeira, documento que aqui se dá como inteiramente reproduzido e que vai ser arquivado na pasta respetiva.

Deu depois a palavra ao Presidente da Direção para que este tivesse as considerações que achasse necessárias.

— Começou por referir que a Direcção tem algumas preocupações com o futuro da Casa sob o ponto de vista financeiro, uma vez que a Segurança Social não participa a cem por cento a nossa Instituição. Salientou que se não forem disponibilizadas mais verbas para estas instituições dificilmente conseguiremos suportar o próximo ano.

— Referiu que nos candidatámos em dois mil e dezoito à revisão dos acordos do Centro de Dia e até hoje ainda não obtivemos resposta. Dos Serviços sugeriram-nos que nos candidatassemos novamente este ano. Continuamos à espera de uma resposta.

— Devido ao exposto, disse que se prevê para o ano de dois mil e vinte um prejuízo de cerca de quarenta mil euros. Acrescentou ainda que, no sentido de minimizar o défice, continuamos a fazer algumas diligências, nomeadamente ao candidarmo-nos ao Fundo de Socorro Social para a atribuição de uma caminha e de uma verba para a aquisição de mobiliário para o refeitório, entre outras.

— De tão alarmante que é a situação, o Presidente da Direcção pondera até escrever para o

Ministério da Solidariedade e Segurança Social
a perguntar para quando está prevista a revisão dos acordos de cooperação.

Em janeiro o ordenado mínimo sobe, bem como a taxa social única, o que agrava o nosso problema financeiro. É que, embora esteja previsto um pequeno aumento da mensalidade dos utentes, esse valor é irrisório mediante o aumento dos custos referidos anteriormente.

O Presidente da Assembleia perguntou aos presentes se tinham alguma dúvida a ser esclarecida relativamente às contas.

Pediu a palavra o associado José Marcelo Ferreira Branco Lopes para refeir que, apesar de existir uma previsão de saldo negativo, há fatores que ultrapassam e muito a gestão da Casa. Ou seja, enquanto não houver enquadramento legal, vai ser difícil manter uma situação financeira estável.

Abordou ainda a questão da compra de uma viatura, sendo de opinião que é mais rentável uma situação de leasing, uma vez que não há necessidade imediata do capital e ao nível das amortizações também é mais

compensoatório:

Terminada a intervenção e não havendo quem mais desejasse usar da palavra, o Presidente da Assembleia pediu ao Conselho Fiscal que lessse o respetivo parecer, o que foi feito pelo seu Presidente, José Marcelo Ferreira Branco Lopes, e que aqui se dá como inteiramente reproduzido e vai ser arquivado na pasta respeitiva.

O Presidente pôs então à votação o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de dois mil e vinte, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

Pedidigo, Passou-se então ao período de Apresentação da Ordem do Dia

Pedi a palavra o Presidente da Direcção para esclarecer a assembleia de que as obras realizadas no molhe e sua envolvença foram financiadas na totalidade pela Câmara Municipal de Sines, através do programa "Reabilitar."

Pediu também a palavra o associado José Marcelo Lopes para falar do licenciamento das obras do Centro de Atividades de Tempos



Livres, referindo que esse abrili a ASSOPs pediu a anulação do projeto que estava para análise na Câmara, submetendo outro na mesma altura. Em fulho apercebemo-nos de que afinal o primeiro projeto estava em apreciação na Saúde Pública, tendo sido emitida a respetiva taxa. Esta situação fez com que o projeto se atrasasse. Já foram marcadas duas reuniões com o arquiteto. Mas, na primeira pouco adiantou sobre o assunto e na segunda estava de baixa.

— É não havendo quem mais desejasse usar da palavra, o Presidente disse que ia interromper a sessão pelo tempo necessário à elaboração da respetiva ata. Pediu então a palavra a associada Iria Odete Nunes Madeira, para propor que fossem dadas poderes à Mesa para elaborar, discutir e aprovar a ata desta sessão com a redação que viesse a dar-lhe.

— Posta à votação foi esta proposta aprovada por unanimidade.

— E não havendo mais nada a tratar, depois de cumprimentar a Assembleia, o Presidente encerrou a sessão. E para que conste e faça fé, se lavrou a presente ata que, depois de lida em

Voz alta e aprovada, vai ser assinado.

O Presidente da Assembleia Geral,
António Enes Oliveira Marques

A Primeira Secretária,
Sandra Isabel Marques

A Segunda Secretária,
Anabela Ferreira da Cruz